

# boletim ADUA

Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES-SN



## >>> ATAQUES

# Era Bolsonaro: destruição do meio ambiente e perseguição aos indígenas

Lucas Araújo e Daisy Melo



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL/APIB

No mandato de Jair Bolsonaro, as invasões de terras e parques indígenas foram intensificadas

O desgoverno brasileiro provocou graves retrocessos nas políticas ambientais e indigenistas já em seus primeiros nove meses. As ações de Jair Bolsonaro têm provocado uma intensa devastação ambiental paralelamente a uma escancarada perseguição aos povos indígenas que inclui a invasão de terras, o assassinato de lideranças e a exploração ilegal

de recursos. Em atos organizados, por vias jurídicas ou ações públicas, como manifestos e abaixo-assinados, movimentos indigenistas e ambientalistas – com o apoio do ANDES-SN e da ADUA-SSind. – têm enfrentado os desmandos e resistido a essa política regressiva.

Ao usar o desenvolvimento econômico para justificar, por exemplo, o afrouxamento das leis ambientais,

a liberação desenfreada de agrotóxicos e a mineração na Amazônia e ao culpabilizar o próprio período climático e as Organizações Não Governamentais (ONGs) pelo avanço das queimadas, o governo tenta camuflar a verdadeira motivação desse grotesco cenário. Por trás desses atos está a bem definida política bolsonarista alinhada à agenda dos ruralistas, determinada a ampliar os



lucros do mercado e subserviente ao imperialismo norte-americano.

Esse projeto foi colocado em curso logo nos primeiros dias da gestão Bolsonaro. Depois de até cogitar extinguir o Ministério do Meio Ambiente, o governo demitiu especialistas, **desqualificou órgãos oficiais** e promoveu o enfraquecimento da fiscalização. Com esse cenário “favorável”, o desmatamento no país saltou, chegando a 222% em agosto de 2019 em relação ao mesmo mês do ano passado, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Segundo o geógrafo e diretor da Associação Conservação da Vida Silvestre (Wildlife Conservation Society - WCS Brasil), Carlos César Durigan, desde 2004, quando foi criado o Plano de Ação para Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia, havia uma tendência de redução do desmatamento e das queimadas. “Mas, nos últimos anos, com a redução de ações voltadas à prevenção e controle, assim como a ocorrência de períodos extremamente secos, a degradação voltou a aumentar. No caso específico de 2019, tivemos ainda um processo de fragilização ainda maior das políticas de prevenção e controle”, afirmou.

Sobre o avanço desenfreado das queimadas, o próprio ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, chegou a afirmar que as notícias são “sensacionalismo ambiental” e “fake news”. Mas dados oficiais do Inpe mostram que as queimadas aumentaram 82% de janeiro a agosto deste ano em relação a igual período de 2018. Nesse intervalo, foram 71.497 focos de incêndio, o maior número em sete anos. Na Amazônia, 31% dos focos de queimadas registrados localizavam-se em áreas florestais, conforme a WWF-Brasil.

### Desmonte planejado

Focado no desmonte da política ambiental brasileira, o governo

reduziu o orçamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que, até agosto deste ano, havia deixado de realizar 22% das operações previstas no Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental. Além da diminuição da fiscalização, a aplicação de multas caiu, chegando a -29,4% até agosto. A diminuição está relacionada a trocas de profissionais em cargos estratégicos no Ibama e a posição do



**Ele [Bolsonaro] viola nossos direitos, nos persegue e nos ataca, ele faz tudo isso de propósito, este governo ataca os pilares da Constituição, a única opção que temos é não descansar de lutar contra isso”**

- André Baniwa, vice-presidente da Associação Indígena da Bacia do Içana

governo contra supostos “excessos”, conforme informou à BBC News Brasil servidores, ex-servidores, autoridades e ambientalistas.

Com a caçada ideológica governamental, integrantes de órgãos como Ibama, Inpe e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foram exonerados ou pediram demissão. Cargos de chefia foram entregues a militares reproduzindo práticas da ditadura civil-militar. Ao desmonte da política ambiental somou-se, ainda, a extinção de órgãos, como a Secretaria de Mudança do Clima e Florestas, responsável por ações ligadas a mudanças climáticas e controle do desmatamento, e a transferência para outros ministérios como o Serviço Florestal Brasileiro e a Agência Nacional das Águas agora sob responsabilidade, respectivamente, dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Regional.

As ações do governo – inclusive o discurso de ódio que “legitimou” o avanço de crimes praticados por madeireiros, garimpeiros, grileiros e fazendeiros – culminaram com a ampliação da devastação ambiental. O projeto Bolsonaro ganhou repercussão internacional, levando a instabilidade nas relações internacionais e a suspensão do Fundo Amazônia em agosto.

No mesmo mês, o presidente brasileiro acusou ONGs de serem responsáveis pela expansão das queimadas. “Nós tiramos dinheiro de ONGs, repasses de fora, 40% ia para ONGs, não tem mais. De modo que esse pessoal está sentindo a falta de dinheiro. Pode estar havendo, não estou afirmando, a ação criminosa desses ‘ongueiros’ para chamar a atenção contra minha pessoa”, afirmou na ocasião. **Em carta, mais de cem organizações se manifestaram.** “Bolsonaro desmontou e desmoralizou a fiscalização ambiental, deu inúmeras declarações de incentivo à ocupação predatória da Amazônia e de criminalização dos que defendem a sua conservação”, afirma trecho da carta.

Justificando o avanço sobre o verde brasileiro e os povos tradicionais com a retórica do progresso, do desenvolvimento econômico e da geração de emprego, Bolsonaro tenta arregimentar aliados à sua causa que, na verdade, visa matar a fome do Capital. “A questão é que este progresso que é trazido em modelos que visam a exploração sem controle dos recursos naturais acaba por deixar um cenário de degradação socioambiental instalado e acaba por sepultar o potencial que temos de construir uma realidade amazônica diferenciada, baseada na conservação e uso sustentável da biodiversidade”, afirmou Durigan.

### Perseguição aos donos originários da terra

Por seu caráter histórico de mantenedor da preservação ambiental e, portanto, visto como en-



traves ao plano governamental de “desenvolvimento”, os indígenas têm sofrido constantes ataques. Um deles e dos mais graves foi a tentativa de Bolsonaro de transferir a competência de demarcação de Terras Indígenas (TIs) da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Agricultura.

A Medida Provisória (MP) que previa a transferência foi derrotada no Congresso, reeditada pelo governo e derrubada no Supremo Tribunal Federal (STF). Na ocasião, o ministro Celso de Mello chamou a atenção para a transgressão da Constituição Federal. Pela Carta Magna, é reconhecido aos indígenas “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

O desrespeito aos direitos indígenas e a incitação do próprio governo contra as comunidades tradicionais provocou uma onda de invasões a parques e terras ocupadas por povos indígenas e até mortes de lideranças. Foi o caso de Emyra Waiãpi. Após a invasão, em agosto, da aldeia Aramirã, no oeste do Amapá, por 15 homens ligados ao garimpo, o líder foi cruelmente assassinado, conforme informações da comunidade e da Funai.

Na ocasião da morte de Emyra, [o ANDES-SN publicou uma nota de repúdio](#). “A violência instalada no Amapá e nas TIs em todo o Brasil está sendo potencializada pelo discurso de ódio e pela política do Governo Federal de destruição do meio ambiente, que tem como responsável o inimigo histórico da demarcação das terras indígenas: Jair Bolsonaro”, afirma o Sindicato no documento.

Somadas a esse caso estão ofensivas de madeireiros e grileiros em TIs como Arara, no Pará, Arariboia e Awá, ambas no Maranhão, Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna, em Rondônia e Marãiwatsédé, em Mato Grosso.

Para o vice-presidente da Associação Indígena da Bacia do Içana,



IMAZON/DIVULGAÇÃO

Desmatamento no país cresceu 222% em agosto em relação ao mesmo mês de 2018

André Baniwa, o governo Bolsonaro ataca frontalmente Constituição. “Não vemos chance alguma de um acordo ou melhora, esse presidente não é aberto ao diálogo. Ele não respeita as organizações sociais indígenas do país. Ele viola nossos direitos, nos persegue e nos ataca, ele faz tudo isso de propósito, este governo ataca os pilares da Constituição, a única opção que temos é não descansar de lutar contra isso”, disse.

Com declarações e ações que estimulam a perseguição aos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, o presidente brasileiro tem colaborado substancialmente para o avanço de crimes do desrespeito aos direitos desses povos. “É algo criminoso, é preocupante, porque essa perseguição não é promovida só pelos ruralistas ou por mineradoras e madeireiras, mas também pelo presidente. Estão queimando a nossa casa, ninguém de nosso povo vai até a cidade e queima seu apartamento ou casa, mas aqueles que nos perseguem invadem nosso lar e levam tudo o que querem”,

desabafou Baniwa.

A necessidade de políticas promovedoras do fortalecimento da conservação dos atributos naturais da Amazônia e do respeito à sua diversidade sócio-cultural-indígena e não-indígena é fundamental para sua manutenção, conforme o diretor da WCS Brasil. “Infelizmente o que vemos é sempre o mesmo discurso baseado numa retórica que apresenta a Amazônia como um vazio inóspito ou como uma região pobre onde o progresso tem que chegar”.

Em suas ações, o governo evidencia que um dos seus principais focos é a mineração em parques e TIs. Em anúncio no último dia 9, o secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal, informou que o governo deve anunciar até o fim do mês proposta para regulamentar a exploração nessas áreas.

Durante debate na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 11 de setembro. A representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Elza Xe-



rente, afirmou ser contrária à mineração nas terras em que vivem. “Isso acaba com nossa vida. Se entrar muito garimpeiro, vai esturpar as meninas. Vai entrar muito maconheiro, vai entrar com muita bebida alcoólica. A gente não tem como ficar sossegado, vivendo nos territórios”, disse.

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, existem no país mais de 800 mil indígenas de 305 etnias diferentes com cerca de 274 idiomas. Cerca de 98% das TIs ficam na Amazônia, com 60% da população de índios. O maior número de pedidos de pesquisa e lavra de mineração se concentra nesta região.

O agrônomo, ecólogo e professor da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Henrique Pereira, explicou que, desde a redemocratização, o Brasil construiu e implementou políticas públicas eficientes que asseguram os direitos ambientais dos cidadãos, no geral, e dos direitos territoriais coletivos dos povos e das comunidades tradicionais, em particular. “Ambos esses direitos se encontram agora profundamente ameaçados por iniciativas do governo federal eleito e de seus aliados no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas estaduais”.

Mas, os indígenas não têm ficado de braços cruzados. Cada vez mais organizados, os povos vêm realizando manifestações por todo o país. No Amazonas, algumas das ações foram realizadas pela Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas. Em documento do ANDES-SN, a organização da Frente ressaltou “a resistência de boa parcela do(a)s brasileiro(a)s em compreender a necessidade de tutela dos povos indígenas pela União e criticou a ideia de “índio(a) transitório(a)”, sob a qual o(a) índio(a) é visto como um empecilho para o desenvolvimento econômico e cultural (civilizacional) do país”.

Com o objetivo de lutar contra os ataques às políticas indigenistas e em defesa do Meio Ambiente, já foram realizados neste ano acampamentos, marchas, cursos de formação política sobre direitos indígenas e caravanas como a 15ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), em abril, o maior encontro dos povos indígenas do Brasil, e a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, em agosto, ambos em Brasília (DF). Os atos reafirmam, ainda, a necessidade de permanência e ampliação de políticas sociais voltadas aos índios.

Ao lado dos indígenas, ambientalistas e demais defensores do meio ambiente e da causa indígena



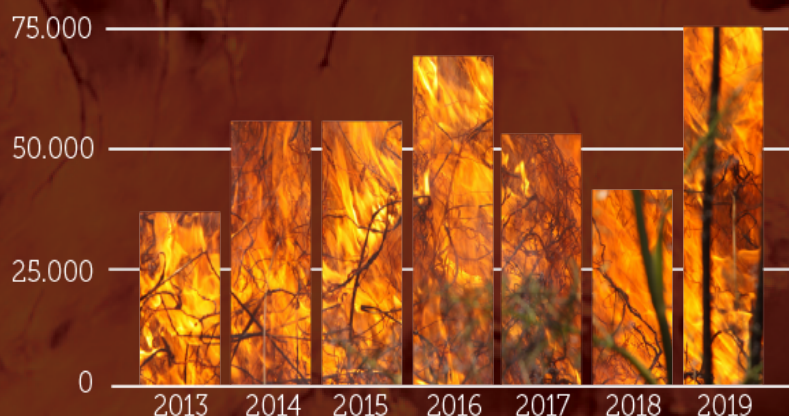
**Precisamos elevar nossas vozes em ressonância às dos povos e comunidades ameaçados para alertar a sociedade sobre as graves consequências que as tentativas de desconstrução desses direitos representam não apenas para aqueles diretamente afetados, mas para o país, a região e o planeta”**

- Henrique Pereira, agrônomo, ecólogo e professor da Ufam

estão o ANDES-SN e a ADUA, que têm como política agrária, urbana e ambiental: “articular com outras entidades de classe, movimentos sociais, povos indígenas e populações tradicionais, a luta pelo direito desses povos e populações definirem seus modos de vida, como expressão da diversidade cultural do povo brasileiro e seu patrimônio ambiental; defender políticas públicas de ampliação de acesso e garantia de permanência nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas para os povos indígenas e outras populações tradicionais, com a garantia de adequado financiamento público e destinação de verbas específicas para tal”, dentre outras ações.

Para o professor Henrique Pereira, qualquer que sejam as estratégias que os movimentos sociais e os defensores desses direitos venham a adotar para contra-atacar e rechaçar essas ameaças, elas precisam estar apoiadas em uma comunicação ampla e efetiva com a sociedade. “Precisamos elevar nossas vozes em ressonância às dos povos e comunidades ameaçados para alertar a sociedade sobre as graves consequências que as tentativas de desconstrução desses direitos representam não apenas para aqueles diretamente afetados, mas para o país, a região e o planeta”.

**Número de queimadas entre 1º de janeiro e 21 de agosto**



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)



&gt;&gt;&gt; ARTIGO

# A Amazônia, a necropolítica e a economia da catástrofe

Marcelo Seráfico\*



AVENIR PRADO/REPRODUÇÃO

Desastres das cidades mineiras de Mariana e Brumadinho são reflexos da ganância do Capital

O avanço do fogo para a fronteira amazônica, no verão de 2019, não é compreensível pela simples constatação da existência de fumaça.

A tentação de atribuir ao aquecimento global – eufemística e estrategicamente chamado de “mudanças climáticas” – ou à brutalidade governamental – secundada por uma tropa de piromaníacos – a razão de ser da devastação, identifica causas, mas não as relaciona nem oferece pistas para entendermos como a conjuntura política brasileira se conecta com processos estruturais de longo prazo.

A Amazônia brasileira, mais que região geográfica, tem sido uma área de expansão do desenvol-

vimento capitalista. Tudo que nela está tem sido objeto de inquietação intelectual, codificação econômica e intervenção política. A fauna, a flora, os minerais e as bacias hidrográficas contidos nesse território de mais de 1,5 milhões de quilômetros quadrados movem interesses que vão da curiosidade científica à política pública, passando pelas estratégias empresariais. Não raro, esses interesses estão intimamente associados. Mas há momentos, como agora, em que se distanciam e os impasses políticos e econômicos se revelam com clareza.

Na segunda década do século XXI, a humanidade está às voltas com a fatura cobrada pela natureza por desserviços provocados pela exploração desmesurada dos recursos

que tornam possível a vida na Terra.

Alguns, tardiamente, descobrem o papel da Amazônia na manutenção do delicado equilíbrio instável dos ecossistemas terrestres, em suas múltiplas interações. Outros teimam em negar tal realidade, dando as costas para as evidências e cultuando práticas econômicas e visões de mundo ancoradas num passado em que a destruição da natureza era a marca principal do “ser moderno”. Outros, ainda, militam apaixonadamente pela defesa do ambiente; heróis civilizatórios, restauram mitos do século XVI para tratar das questões do XXI, imaginando um ambiente povoado de homens maus a sangrar uma natureza boa. O comum a todos é a dificuldade de situar o ambien-



te no tempo e ambos, ambiente e tempo, como resultado da ação das gentes, elas também parte do meio no qual produzem, distribuem e consomem o que lhes dá vida ao longo de dias, tardes e noites.

Que a cidade de São Paulo tenha anoitecido à tarde, como ocorreu em agosto, como efeito da combinação entre as queimadas na Amazônia com as condições climáticas da capital econômica do país, é expressão emblemática do modo como a ação destrutiva do homem sobre o ambiente em que se faz gente aponta para uma tragédia. E mais, revela a unidade entre as partes, a totalidade de uma realidade que com frequência se prefere ver apenas como um agregado de fragmentos distintos entre si.

Uma tal compreensão totalizante é improvável quando se abstrai da história, isto é, quando se evita a análise da ação humana sobre o ambiente, considerando-se suas origens, motivações e resultados.

Sem a história, ignora-se ou minimiza-se o protagonismo dos povos originários no manejo e proteção do ambiente amazônico; forjam-se novos mitos, como o do Curupira Pós-Moderno, com o qual se atribui a um mecanismo de atração de investimentos para a industrialização, como a Zona Franca de Manaus, o condão de proteger a natureza; elide-se a luta sangrenta pela apropriação da fauna, da flora, dos minérios, das águas e de tudo a que se possa atribuir valor em moeda; e, pior, esconde-se que a ação predatória beneficia poucos e penaliza milhares, centenas de milhões ou bilhões por todo o mundo.

O fogo que hoje toma a Amazônia vem de há muito tempo. Ele assume formas variadas. Projetos de contrarreforma agrária, pecuária, agricultura, exploração



**(...) a destruição da Amazônia está intimamente relacionada, assim, à consolidação de um modo de dominação política e de apropriação econômica profundamente concentrador de poder e riqueza. Um modo de dominação "necropolítico" que é a alma de um modo de exploração assentado na "economia da catástrofe".**

madeireira, mineração, militarização, construção de hidrelétricas, ferrovias, rodovias; projetos, enfim, de transformação da realidade amazônica que a tomam como uma vasta reserva de valor a ser contabilizada em moeda e convertida em lucros e acumulação.

O irônico e por vezes cínico dessa situação é que todos esses projetos são implementados em nome do "desenvolvimento da região". Um tipo de desenvolvimento que se funda na "necropolítica", a política de morte pensada e aplicada racionalmente contra aqueles cuja razão se guia por critérios alheios aos do circuito de valorização do capital, aqueles aos quais é deixada uma única opção: participar da destruição ou perecer.

A chave para entender o fogo não está, portanto, no aquecimento global nem nas mãos dos que o ateiam. Está, isto sim, nos gabinetes ministeriais, nas sedes das madeireiras, das empresas agropecuárias, nas corporações de mineração... e nas bolsas de valores, que tudo calculam como forma de especular e lucrar.

O fogo atado às florestas e o disparado contra indígenas, seringueiros, posseiros, sindicalistas, trabalhadores rurais, quilombolas, ribeirinhos, agentes públicos e cientistas, apesar de sua diversidade de origem, de motivações e

de resultados, tem uma consequência evidente hoje: o avanço da destruição das condições de vida no planeta.

Usada como moeda de troca econômica ou como conteúdo de retórica política ao sabor das conjunturas e interesses específicos, a Amazônia permanece um desafio para a inteligência, a política e a economia. As vidas de quem se faz gente nela estão atadas às vidas de quem dela se nutre como meio de, exclusivamente, acumular; a destruição da Amazônia está intimamente relacionada, assim, à consolidação de um modo de dominação política e de apropriação econômica profundamente concentrador de poder e riqueza. Um modo de dominação "necropolítico" que é a alma de um modo de exploração assentado na "economia da catástrofe".

Enquanto a política fulmina ideologicamente quem se opõe a determinados modos de ser e se fazer gente, a economia os destrói materialmente. Estamos diante de uma economia política da "destruição não criadora", isto é, de um tipo de desenvolvimento capitalista que aponta para o abismo. O cenário não é, portanto, o de uma planície da qual se extrai madeira, na qual se planta soja ou alimenta gado. É, isto sim, de um relevo sob o qual jazem histórias sepultadas pela brutalidade do fogo, símbolo, nesse caso, da morte e da catástrofe elevadas ao status de economia política.

O desafio posto aos que se opõem a esse lúgubre modo de ver a Amazônia e nela agir é, decifrando-o, exorcizá-lo, criando ou afirmando projetos de estar e fazer a vida que permitam viver a quem está dentro e fora de seus limites geográficos.

*\*Marcelo Seráfico é doutor em Sociologia e professor do curso de Ciências Sociais e do programa de pós-graduação em Sociologia da Ufam.*



## &gt;&gt;&gt; ARTIGO

# Presença da temática povos indígenas nas atividades acadêmicas das IES da região Norte e o desafio da intercientificidade

José Silverio Baia Horta e Rosa Helena Dias da Silva\*



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

A busca da universidade para os povos indígenas é vista como mais um instrumento de resistência

**O** Norte é a região brasileira com o maior número de terras indígenas, a maior população indígena e a mais rica diversidade étnica, linguística e cultural do país. No entanto, ainda é pequena a presença da temática indígena e de temas correlatos – interculturalidade e conhecimentos tradicionais – nas atividades acadêmicas das universidades da região.

## A presença da temática indígena na pós-graduação

Partindo do princípio que a ênfase na dimensão dos progra-

mas de pós-graduação é altamente positiva quando referida à inserção regional – que se traduz na definição da identidade do mesmo, de suas linhas e projetos de pesquisa, produção bibliográfica, teses e dissertações e de seus conteúdos curriculares, que devem estar relacionados com os desafios que a região apresenta –, realizamos um levantamento exaustivo na página da Capes, dos dados dos programas de pós-graduação de todas as áreas em funcionamento nas Instituições de Ensino Superior (IES) da região norte. Foram consultados o título e a ementa

dos projetos de pesquisa e o título, as palavras-chave e o resumo das teses e dissertações de 2013 a 2017. Fizemos também um levantamento da produção bibliográfica dos programas, em 2018 (*ver quadro na página 9*).

Um número razoável de programas afirma, em suas propostas, dar ênfase à vinculação com a região. Entretanto, na maior parte dos casos, isto não se traduz nas linhas e projetos de pesquisa e nas dissertações e teses. Quando pesquisadas, as temáticas ribeirinhas e quilombolas, os indicado res são ainda menores. Os dados per-



mitem afirmar que, mesmo que a Amazônia esteja presente nos programas, o amazônida está quase ausente.

### **A presença da temática e dos próprios indígenas na graduação**

Com relação à graduação, essa presença se dá com mais efetividade nas últimas duas décadas, a partir de políticas de ação afirmativa, com destaque às cotas e aos cursos de formação de professores indígenas – as chamadas Licenciaturas Interculturais – atualmente em andamento na maioria das IES públicas do Norte.

Cresce, a cada dia, a demanda indígena por cursos superiores que proporcionem um ensino diferenciado, voltado ao fortalecimento de seus projetos enquanto povos culturalmente diversos e, consequentemente, com pensamentos, modos de vida e de organização social diferenciados. Longe estamos, entretanto, do estabelecimento de políticas públicas que garantam, efetivamente, não apenas o acesso, mas a permanência bem-sucedida dos povos indígenas na universidade.

Processo permeado de inúmeros desafios e contradições/tensões, a busca pela universidade, para os povos indígenas, é visualizada como mais um instrumental de resistência e construção de novas relações com a sociedade, através da perspectiva do diálogo intercultural. A formação de quadros – sejam eles lideranças e/ou professores indígenas, dentre outros – figura no cenário da luta indígena como uma das questões de destaque frente à concretização da autonomia e respeito à diferença.

Pensar a presença de estudantes indígenas nas instituições universitárias é enfrentar o desafio de mudar mentalidades; superar o histórico preconceito, velado ou aberto, para com os povos indíge-

nas; e transformar relações, sejam elas assistencialistas ou de subalternidade, com vistas a um protagonismo compartilhado, que envolve diversos personagens, nos quais diálogo, conflito e negociação têm que ser trabalhados.

Sobre a presença da temática indígena nas pesquisas e produções da graduação (Pibics, TCCs, dentre outros) não temos dados no momento. O que gostaríamos de afirmar é que uma maior presença de estudantes indígenas nos cursos de graduação poderá repercutir na maior presença destes na pós-graduação e na autoria e protagonismo nos projetos de pesquisa.

Para realmente incluir os amazônidas – seja nas pesquisas, na graduação e pós-graduação, seja nas atividades de ensino/formação e extensão –, faz-se necessário entrar em diálogo com o outro, suas lógicas e epistemologias, seus valores e, mais do que isso, estar convencido de que este é um processo que vale a pena.

Assim, esta reflexão acerca da presença dos povos indígenas nos trabalhos sobre a Amazônia, nos desafia a pensar de outras maneiras. Não se trata, necessariamente, de romper com o que foi historicamente instituído como saber hegemônico, como “conhecimento válido”. Trata-se de um distanciamento necessário, para percebermos que em muitas destas perspectivas – que parecem novas – habitam velhas ideias como, por exemplo, a divisão entre pensamento primitivo (mágico, irracional, entre outros nomes que foram/são usados para caracterizar os saberes tradicionais dos povos indígenas) e saber filosófico e/ou científico. Perspectivas como essa encerram o assunto antes mesmo que um possível diálogo tenha sido estabelecido.

E neste processo de mudanças de visão e paradigma frente à

questão de como a humanidade – com toda sua diversidade – pensa sobre si mesma e seu mundo, constrói conhecimentos e verdades, impõe-se a necessidade de superarmos o etnocentrismo que acompanhou a trajetória destes 519 anos de Brasil.

Na história política de nosso país (e, lamentavelmente, na atualidade), a diversidade de lógicas, pensamentos, sabedorias e racionalidades e a riqueza de culturas, de jeitos de ser humano foram tidas como obstáculos ao modelo de desenvolvimento/progresso que predominou.

Os povos indígenas foram (e, para muitos, continuam sendo) considerados como portadores de “déficits” e não como sujeitos com potencialidades e valores próprios. É preciso admitir que há outras lógicas, outros jeitos de olhar e explicar a realidade e seus “problemas”. Enfim, há racionalidades, há epistemologias – no plural.

Por isso, a diversidade indígena precisa ser abordada como questão filosófica e política, visto que ela traz consigo a questão de como nos representamos e como representamos os outros, e traz também a tensão entre os saberes historicamente constituídos sobre estes povos e suas narrativas e resistências.

O silenciamento dos povos indígenas e de suas diferentes maneiras de conceber e construir a vida foi e, em muitos casos, continua sendo, a estratégia discursiva do Estado para consolidar o que hoje conhecemos como a “cultura nacional”.

### **Desafio do diálogo intercultural: epistemologias no plural**

Há 25 anos, Stephen Corry, em seu texto *Guardianes de La Tierra Sagrada* seu texto *Guardianes de La Tierra Sagrada* (revista es-



pecial da *Survival Internacional*, Londres, 1994), já nos chamava a atenção para a atualidade e pertinência das propostas e valores indígenas para pensarmos o presente e o futuro do planeta ao afirmar que “os povos indígenas são sociedades viáveis e contemporâneas, com complexos modos de vida, assim como com formas progressistas de pensamento que são muito pertinentes para o mundo atual”.

A recente Declaração de Princípios dos Povos Indígenas do Amazonas, ao tratar de identidade e diversidade, afirma: “Somos povos indígenas, coletividades descendentes dos povos originários do continente americano antes da chegada dos europeus, que nos distinguimos no conjunto da sociedade e entre nós, com identidades e organizações próprias, cosmovisões e epistemologias específicas e especial relação com os territórios que habitamos”.

Tal documento foi pré-aprovado na IV Marcha dos Povos Indígenas do Amazonas – organizada pelo Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena do Amazonas (Foreeia), de 13 a 16 de agosto – e está em discussão nas bases do movimento para aprovação final na V Marcha, a ser realizada em dezembro deste ano.

No texto de fundamentação

da Declaração, podemos ler: “Defendemos que a educação escolar indígena, que é estratégica para o futuro dos povos indígenas, respeite os processos próprios de aprendizagem, seja intercultural, intercientífica e específica para cada comunidade indígena, autodeterminada, de acordo com a situação sociolinguística e orientada para o fortalecimento dos projetos de vida autônomos dos nossos povos. Que ela responda adequadamente às demandas que vem das comunidades, inclusive quanto à formação dos professores indígenas, às instalações escolares e ao acesso às universidades”.

Convencidos da pertinência destas reflexões, reafirmamos nosso entendimento sobre a necessidade de se pensar em iniciativas institucionais que assumam como possibilidade pedagógica o diálogo entre os diferentes saberes, configurando-se assim, uma forma de inclusão que acolhe “o diferente” deixando-se questionar, permitindo-se transformar.

Entendemos como necessidade e responsabilidade institucional das IES públicas do Norte promover o estabelecimento de novas relações de ensino, pesquisa e extensão – nas quais todos sejam sujeitos.

Entendemos como necessidade assumir uma perspectiva intercultural crítica e radical que questione os poderes desiguais; que

encare a complexidade do diálogo entre diferentes lógicas, entre diferentes maneiras de explicar o mundo, de construir verdades, entre diferentes racionalidades. E que possa se estabelecer um diálogo na perspectiva da intercientificidade: que acolha e esteja aberto a novas sínteses teóricas, abordagens metodológicas e formas de avaliação. Enfim, que os chamados conhecimentos universais possam ser mais universais e que saiam ganhando tanto os povos indígenas como as universidades.

Como afirmou Wilmar D’Angelis, em poesia dedicada aos professores Mura (“A última invasão dos Mura à cidade de Manaus no ano do Senhor de 2006”), por ocasião do Seminário de apresentação da proposta do Curso de Licenciatura para Formação de Professores Indígenas da Faculdade de Educação da Ufam:

*A Universidade não poderá ser a mesma se acolher esse curso que foi proposto, se deixar essas águas novas invadirem seu percurso. Nenhuma Universidade será a mesma se fizer experiência semelhante, desde que saiba o que significa “diálogo”.*

Em tempos em que os perversos governam, atacam fortemente os direitos dos trabalhadores, as minorias e os povos indígenas, e procuram destruir as universidades públicas e as instituições de pesquisa, golpeando seus financiamentos, necessário se faz continuar lutando para que tais retrocessos não se consolidem. Com a mesma importância vemos a necessidade de maior inserção das temáticas e dos próprios amazônidas (e não apenas da Amazônia) nos projetos e atividades da academia nas suas diversas áreas, em especial no Norte.

*\* José Silverio Baía Horta é professor titular aposentado da UFRJ e Rosa Helena Dias da Silva é professora associada III aposentada da Ufam.*

## Levantamento realizado com dados da CAPES

### Projetos em desenvolvimento nos programas de pós-graduação (2013 a 2017)

| Localidade   | Total  | Temática indígena | Temática interculturalidade | Temática conhecimentos tradicionais |
|--------------|--------|-------------------|-----------------------------|-------------------------------------|
| Região Norte | 11.561 | 368 (3,2%)        | 78 (0,7%)                   | 41 (0,4%)                           |
| Amazonas     | 3.262  | 157 (4,8%)        | 13 (0,4%)                   | 16 (0,5%)                           |
| UFAM         | 2.229  | 119 (5,3%)        | 11 (0,5%)                   | 12 (0,5%)                           |

### Teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação (2013 a 2017)

|              |        |            |           |           |
|--------------|--------|------------|-----------|-----------|
| Região Norte | 13.760 | 485 (3,5%) | 85 (0,6%) | 71 (0,5%) |
| Amazonas     | 3.418  | 156 (4,6%) | 17 (0,5%) | 16 (0,5%) |
| UFAM         | 2.118  | 106 (5%)   | 16 (0,7%) | 10 (0,5%) |

### Produção bibliográfica dos programas - 2018

|              |        |            |           |           |
|--------------|--------|------------|-----------|-----------|
| Região Norte | 14.049 | 299 (2,1%) | 52 (0,4%) | 27 (0,2%) |
| Amazonas     | 3.337  | 86 (2,6%)  | 2 (0,1%)  | 11 (0,3%) |
| UFAM         | 1.948  | 64 (3,3%)  | 7 (0,4%)  | nenhum    |



&gt;&gt;&gt; ARTIGO

# Movimentos Sociais na Amazônia: novos cabanos para velhas lutas

Lucas Milhomens\*

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL



Movimentos sociais têm cada vez mais se organizado em manifestações pela luta de seus direitos

**"P**orto de Lenha, tu nunca serás Liverpool, com tua cara sardenta e olhos azuis. Um quarto de flauta do alto Rio Negro, pra cada sambista paraquedista, que sonha o sucesso, sucesso sulista, em cada navio, em cada cruzeiro das quadrilhas de turistas". A frase, extraída de uma das canções-símbolo da capital que um dia abrigou o altivo povo Manaó (perseguido à extinção pelos portugueses do século XVIII), é uma grande expressão artística de um *modus operandi* hegemônico em toda a região amazônica ainda hoje: a lógica colonial. É essa lógica, empreendida desde os primeiros anos da invasão lusitana, que se faz presente no

Brasil e na Amazônia

A região, outrora subordinada diretamente à Coroa Portuguesa e tendo como denominação o "Grão-Pará" (e outros sobrenomes), sempre foi considerada pelos colonizadores como algo "distante da civilização", seja essa civilização europeia ou 'sudestina' aos moldes de um eixo Rio/São Paulo. Uma "hinterlândia", território longínquo, inóspito e agressivo para aqueles que ousavam nele adentrar. E assim o sertão verde foi tratado por séculos... As mudanças, essa força vital que move a história, só vieram lá pela terceira década do distante 1800, quando uma importante

ruptura acontece. Em Belém (hoje do Pará) – à época capital da Amazônia –, milhares de pessoas formadas pelo caldo cultural de índios, negros e mestiços (aqueles párias indesejáveis de uma sociedade esquecida no meio de uma gigantesca floresta cercada por rios de todos os lados) ousaram se insurgir contra o que hoje chamamos de *status quo*. Sua principal reivindicação? Fazer parte de uma Nação que estava surgindo aos trancos e barrancos, o Brasil. A esses "indesejáveis" é dada a alcunha de "cabanos", moradores de palhoças miseráveis, insignificantes seres que persistem em existir. Fácil saber quem os batizou



com tão voraz asco; difícil é entender o quão importante é o legado que esses milhares de anônimos deixaram para as gerações futuras radicadas na região e às margens de seus rios mais distantes, os que se organizam para resistir e lutar, os movimentos sociais.

A Amazônia moderna, sobretudo a das últimas cinco décadas, foi um laboratório de experimentos do Capital em sua versão mais “selvagem” (como diria um ex-presidente do Brasil – o “príncipe dos sociólogos” – que um dia pediu para que sua obra fosse esquecida...). O Governo civil-militar (uma ditadura que durou 21 anos com a parceria de grupos civis da elite brasileira e a nata das forças armadas, todos sob os auspícios do “grande irmão” norte-americano) implantou os principais projetos para a região, muitos deles vigentes até os dias de hoje, promovendo, para milhares de migrantes pobres do Brasil (principalmente do Sul e Nordeste) a promessa de uma “terra sem homens para homens sem terra”. Simultaneamente, o governamental incentivou empresários e grupos políticos locais e nacionais a comprarem grandes porções de terra. Duas iniciativas de “povoamento” da Amazônia em colisão anunciada. A primeira, sem as condições básicas elementares, deixando milhares de famílias anos mais tarde a sua própria sorte pela ausência das políticas estatais. A segunda, o embrião do agronegócio voltado para a monocultura e o latifúndio. Cenário propício para o crescimento de inúmeros problemas sociais, concentração fundiária e da violência no campo.

Além disso, a exploração dos diversos recursos naturais da região com o discurso de impulsioná-la economicamente virou um dos mantras mais pronunciados pelo Governo da época. O nome é novo, mas a ideia é velha: a exploração das *commodities* imersa em uma lógica colonial predadora. Para efetivá-la,

seria preciso remover os “empecilhos” naturais como, por exemplo, as centenas de povos indígenas e populações tradicionais que estavam às margens das futuras rodovias, barragens e grandes obras que seriam construídas no intuito de “desenvolver” a Amazônia.

A consequência não esperada pelo aparato ditatorial (e os governos que se seguiram a ele) foi o surgimento e consolidação de inúmeros movimentos e organizações sociais, sobretudo nos lugares onde foram implantadas grandes obras de infraestrutura, como no caso das rodovias



**Aqueles que estarão na linha de frente em defesa da Amazônia?**

**Não tenho dúvidas: os movimentos sociais. Grupos e coletivos atuando intensamente, de forma local e global, na Amazônia e fora dela, mobilizados e articulados através de redes de luta, os ‘novos cabanos’ do século XXI”**

Transamazônica, Santarém-Cuiabá e das usinas hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte, esta última batizada inicialmente com o nome de Kararaô, uma “homenagem” dos brancos aos povos indígenas que viviam às margens do Rio Xingu.

A partir desse conjunto de ameaças, uma série de movimentos sociais surge na região amazônica. O único caminho possível é resistir. Foi o caso, por exemplo, do movimento indígena pluriétnico que, somente na década de 1970, teve as condições de se organizar nacionalmente, apoiado por um grupo progressista da Igreja Católica, os religiosos da Teologia da Libertação. Juntaram-se a ele o movimento de mulheres, sindicatos, trabalhadores rurais sem terra, trabalhadores urbanos sem teto e diversos protagonistas que emergiram na luta contra a sobreposição de conflitos socioambientais em

áreas urbanas e rurais.

Alguns desses movimentos se consolidaram ao longo das últimas décadas e transformaram bandeiras de luta em políticas públicas (com muito esforço, sangue e lágrimas). Foi o caso da legislação que ampara os direitos e a demarcação de territórios indígenas e o uso social da terra visando facilitar a reforma agrária, promulgadas pela Constituição de 1988. Obviamente a letra da lei sozinha não resolve os problemas, alguns deles seculares.

A Amazônia hoje mais do que nunca está no “olho do furacão” dos principais debates do mundo. A complexidade da relação de seus biomas com o equilíbrio climático ainda não é entendida em sua totalidade, mas já há dados concretos, respaldados por importantes instituições científicas em todo o mundo, de sua importância para a manutenção da vida em todo o planeta.

As ameaças contra a maior floresta tropical do mundo e seus povos estão cada vez mais fortes. Infelizmente, em pleno ano de 2019, o Governo brasileiro que deveria protegê-la é um de seus principais algozes. Novamente se faz presente a necessidade da resistência coletiva dos “de baixo”. Na verdade, essa necessidade nunca deixou de existir ao longo de nossa história permeada pela desigualdade e exclusão social. Aqueles que estarão na linha de frente em defesa da Amazônia? Não tenho dúvidas: os movimentos sociais. Indivíduos, grupos e coletivos atuando de forma local e global, no território amazônico e fora dele, mobilizados e articulados através de redes de luta e resistência, os “novos cabanos” do século XXI.

*\*Lucas Milhomens é doutor em Educação pela Unicamp e coordenador curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam/Parintins).*



## &gt;&gt;&gt; RÁPIDAS

**Greve Geral de 48 horas é aprovada em Assembleia**

Os/As docentes da Ufam aprovaram, no dia 25, no auditório da ADUA, a adesão à greve de 48 horas nos dias 2 e 3 de outubro. Também aderiram à paralisação, em assembleias descentralizadas, os professores e professoras dos institutos de Natureza e Cultura (INC), em Benjamin Constant, e de Educação, Agricultura e Meio Ambiente (IEAA), em Humaitá, de Ciências Exatas e Tecnologia de Itacoatiara (Icet) e de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), em Parintins. [Leia mais](#)

**Crad e Diretoria da ADUA reúnem-se no dia 24**

A Diretoria da ADUA e os integrantes do Conselho de Representantes das Unidades (Crad) se reúnem no dia 24 de outubro, das 9h às 18h, no auditório do sindicato. A reunião está prevista no artigo 19 do regimento da ADUA. O encontro terá as seguintes pautas: informes gerais, análise da conjuntura, multicampia, revisão do regimento e outros assuntos. Além de formular as políticas gerais e específicas da Seção Sindical, compete ao Crad discutir sobre problemas de interesse dos sindicalizados e das sindicalizadas da ADUA. [Leia mais](#)

**Trabalhadores em Educação aprovam greve e preparam paralisação de 48h**

Trabalhadores técnicos-administrativos em Educação de universidades e institutos federais do país, representados pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), deliberaram, em plenária nos dias 14 e 15, pela construção de uma Greve Nacional. A categoria aprovou estado de greve e definiu um calendário de mobilizações para construção de paralisação por tempo indeterminado. [Leia mais](#)

## &gt;&gt;&gt; AGENDA

**II Encontro da Regional Norte 1 debaterá sobre a Amazônia**

“A Educação Pública e A Amazônia em Debate”. Esse é o tema central do II Encontro das Seções Sindicais da Regional Norte I que irá ocorrer nos dias 10 e 11 de outubro, na sede da Associação de Docentes da Universidade Federal do Acre (Adufac), em Rio Branco (AC). O evento contará com a palestra “Conjuntura e o Future-se: O Projeto de Contrarreforma da educação” da professora Ebling Farage, secretária geral do ANDES-SN. [Leia mais](#)

**ADUA 40 Anos: Sindicato realiza seminário “Educação e Trabalho no Século XXI”**

Em tempos de severos ataques à educação brasileira, a ADUA irá realizar o seminário “Educação e Trabalho no Século XXI” no dia 25 de outubro. O encontro contará com as conferências da historiadora e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) Virgínia Fontes, e da assistente social e professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Marina Barbosa. [Leia mais](#)

**DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/08/2019 A 31/08/2019**

| QUADRO RESUMO MENSAL              | Junho                 | Julho                 | Agosto                |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <b>Receitas</b>                   | R\$ 101.955,00        | R\$ 101.386,40        | R\$ 101.994,80        |
| <b>Despesas</b>                   | R\$ 72.112,21         | R\$ 73.170,44         | R\$ 77.107,56         |
| SALDO ANTERIOR                    | R\$ 2.169,88          | R\$ 1.635,33          | R\$ 1.120,22          |
| Saldo Banco do Brasil S/A         | R\$ 28.362,56         | R\$ 58.815,63         | R\$ 75.487,40         |
| Saldo Fundo de caixa              | R\$ 1.635,33          | R\$ 1.120,22          | R\$ 1.204,89          |
| <b>RESUMO DE APLICAÇÕES</b>       | <b>R\$ 231.462,16</b> | <b>R\$ 232.348,48</b> | <b>R\$ 233.111,83</b> |
| Saldo Anterior da Conta Aplicação | R\$ 230.726,14        | R\$ 231.462,16        | R\$ 232.348,48        |
| Aplicações no Mês                 | R\$ -                 | R\$ -                 | R\$ -                 |
| Rendimento de Aplicações          | R\$ -                 | R\$ 886,32            | R\$ 763,35            |
| Resgate de Aplicações             | R\$ 736,02            | R\$ -                 | R\$ -                 |
| <b>SALDO ATUAL</b>                | <b>R\$ 261.460,05</b> | <b>R\$ 292.284,33</b> | <b>R\$ 309.804,12</b> |

\*Confira a prestação de contas na íntegra clicando [aqui](#)

**boletim ADUA**

O boletim ADUA é uma publicação da Seção Sindical dos Docentes da Ufam (ADUA-SSind. do ANDES-SN).

**Diretoria:**

Marcelo Mario Vallina (presidente); Luiz Fernando Souza Santos (1º vice-presidente); Milena Fernandes Barroso (2º vice-presidente); Ana Cristina Fernandes Martins (1ª secretária); Nereide de Oliveira Santiago (2ª secretária); Ana Lúcia Silva Gomes (1ª tesoureira) e Leonardo Dourado de Azevedo Neto (2º tesoureiro).

**Diretora responsável:**

Milena Barroso

**Assessora de Comunicação:**

Daisy Melo (SRTE-AM 219)  
Lucas Araújo

**Designer:**

Rebecca Pessoa

**Projeto gráfico:**

Rafael Miranda

**Endereço:**

Av. Gen. Rodrigo Octávio,  
6200, Campus Universitário  
da Ufam, Coroado I,  
CEP: 69080-005  
Manaus - Amazonas

**E-mail da secretaria:**

aduasindicato@gmail.com

**Fale Conosco**

(92) 98138-2677

www.adua.org.br